

RT INFORMA



TST reafirma sua jurisprudência sobre 2 temas e fixa 6 novas teses vinculantes

No dia 08/09/2025, o [Tribunal Superior do Trabalho](#) (TST) consolidou sua jurisprudência acerca de 14 temas, julgados em incidentes de recursos de revista repetitivos. A partir desses julgamentos, o Tribunal reafirmou sua jurisprudência acerca de 2 teses jurídicas, e fixou outras 6 novas teses jurídicas vinculantes para toda a Justiça do Trabalho.

As decisões sobre as novas teses firmadas ainda não foram publicadas, de modo que sua redação está sujeita a alteração até a publicação oficial no Diário de Justiça Eletrônico.

Confira neste RT Informa as teses julgadas.

Novas teses firmadas

Tema 303: SERPRO. Cumulatividade de gratificações

Questão Submetida a Julgamento

É cabível o recebimento da Gratificação de Função de Confiança (GFC) e da Função Comissionada Técnica (FCT) pelos empregados do SERPRO independentemente de compensação entre as referidas verbas?

Tese firmada

A gratificação de Função de Confiança (GFC) e a Função Comissionada Técnica (FCT) devidas aos empregados do SERPRO não são passíveis de compensação, pois possuem natureza jurídica distinta.

Processo: RRAg-0000069-46.2024.5.10.0015. Aguardando publicação.

Tema 304: Honorários sucumbenciais

Questão Submetida a Julgamento

É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em processo extinto sem resolução do mérito na Justiça do Trabalho?

Tese firmada

É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais nos processos extintos sem resolução do mérito em razão do princípio da causalidade e do disposto no artigo 85 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.

Processo: RR-243-36.2024.5.06.0122; Publicado em 02/09/2025.

Tema 306: Agente comunitário de saúde. Base de cálculo do adicional de insalubridade

Questão Submetida a Julgamento

Qual é a base de cálculo do adicional de insalubridade do agente comunitário de saúde?

Tese firmada

A partir da vigência da Lei nº 13.342/2016, o adicional de insalubridade do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias deve ser calculado com base em seu vencimento ou salário-base (Art. 9º, § 3º, da Lei nº 11.350/2006).

Processo: RR-0010240-61.2024.5.15.0035. Aguardando publicação.

Tema 307: Suspeição de testemunha

Questão Submetida a Julgamento

O exercício do cargo de gerência ou de função de confiança é causa de suspeição de testemunha?

Tese firmada

O exercício do cargo de gerência ou de função de confiança não constitui causa de suspeição da testemunha, salvo quando houver ausência de isenção de ânimo para ser ouvida no processo ou quando a testemunha arrolada detiver poderes de mando e gestão equiparados aos do empregador.

Processo: RR-0010638-88.2024.5.03.0084. Aguardando publicação.

Tema 308: Cargo de confiança. Remuneração pelo trabalho em dia de descanso não compensado

Questão Submetida a Julgamento

O empregado que ocupa cargo de confiança, nos termos do art. 62, II, da CLT, tem direito ao pagamento em dobro dos dias destinados a repouso, quando trabalhados e não compensados?

Tese firmada

O empregado que ocupa cargo de confiança, nos termos do art. 62, II, da CLT, tem direito ao pagamento em dobro dos dias destinados a repouso, quando trabalhados e não compensados.

Processo: RR-0011434-31.2015.5.03.0008. Aguardando publicação.

Tema 309: ECT. Compensação de progressões salariais

Questão Submetida a Julgamento

As progressões por antiguidade de empregado da ECT provenientes de PCCS são compensáveis com as progressões originadas de norma coletiva?

Tese firmada

As progressões por antiguidade de empregado da ECT originadas de PCCS são compensáveis com as progressões de mesma natureza provenientes de norma coletiva.

Processo: RR-0020286-91.2023.5.04.0022. Aguardando publicação.

Jurisprudência reafirmada

Tema 305: Comunicação de advogado

Reafirmação da Súmula 427 do TST

INTIMAÇÃO. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. PUBLICAÇÃO EM NOME DE ADVOGADO DIVERSO DAQUELE EXPRESSAMENTE INDICADO. NULIDADE. Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

Processo: RR-0000437-14.2021.5.07.0025. Aguardando publicação.

Tema 310: Contribuição previdenciária em caso de acordo homologado sem reconhecimento de vínculo de emprego

Reafirmação da Súmula OJ 398 da SBDI-1 do TST

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n.º 8.212, de 24.07.1991. Nem mesmo a previsão de que o valor ajustado refere-se a indenização civil afasta a incidência das contribuições devidas à Previdência Social.

Processo: RR - 0020563-51.2022.5.04.0731. Aguardando publicação.